

## Faltou Dizer

Aloysio Biondi



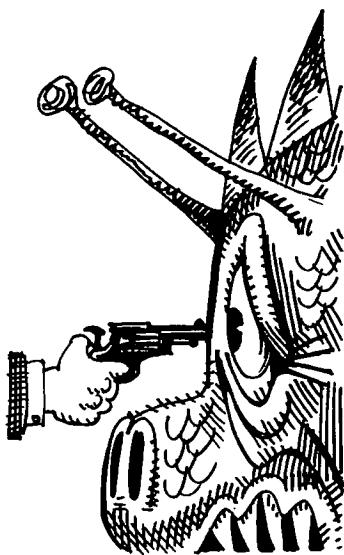
## Choque sem congelamento, a grande dúvida

A equipe do Presidente eleito insiste: não haverá congelamento nem recessão, como caminho para derrubar a inflação. Na boca de milhões de brasileiros, de todos os graus de instrução, a mesma pergunta: mas então como é que a inflação vai cair? Diante da violenta remarcação de preços dos últimos meses, e que retornou à cena na última semana, como acreditar que as empresas, voluntariamente, deixarão de praticar novas altas, mesmo que desnecessárias?

Brasília continua acreditando que há uma série de fatores favoráveis à queda da inflação — e que eles poderão ser aproveitados, mediante uma única grande mudança no cenário econômico: basta que empresários, banqueiros, consumidores fiquem convencidos de que, desta vez, "a coisa é pra valer". O Governo controlará gastos, combaterá a sonegação para reduzir o rombo do Tesouro, remanejará funcionários, eliminando assim as acusações segundo as quais a inflação começa pelo descontrole das finanças da União. Mas, em contrapartida, partirá também para a fiscalização cerrada do comportamento das empresas em matéria de preços, chegando-se a todas as formas de punição, quando necessário.

Por que se acredita na possibilidade de êxito de uma fórmula tão simples? Eis os fatores invocados:

Bancos — têm demonstrado imensa tranquilidade em relação às mudanças previstas, aceitando sem protestos a perspectiva de que o setor venha a ser sobretaxado com um aumento (mais 10%) do



última semana, aqueles preços hoje estão reajustados a níveis satisfatórios, tendo voltado ao valor médio de 1988. Quanto menor o aumento (acima da inflação) de tarifas, daqui para a frente, menor o pretexto para solicitação de reajustes de preços pelas empresas privadas.

Maxidesvalorização — muitos produtos (como a carne bovina, e por extensão, suínos, frangos e ovos) tiveram seus preços aumentados nos últimos meses com base na expectativa de uma maxidesvalorização do cruzado. Desmente-se que ela esteja em cogitação, pelo novo Governo. De qualquer forma, é preciso lembrar que o impacto inflacionário de uma maxi, a esta altura (se comprovada a sua necessidade) seria imensamente menor do que em ocasiões anteriores. Motivo, óbvio: desvalorizações de 20% a 30%, em períodos de inflação de 50% a 100% ao ano, repre-

sentaram um peso correspondente à metade da taxa de inflação anual, isto é, a inflação de seis meses. Hoje, com a inflação a 70% ao mês, os efeitos seriam obviamente muito menores. Além disso, o simples fato de muitos preços já virem sendo fixados com base em um valor muito maior para o dólar (exemplo do boi) significa que em muitas áreas não haverá necessidade de novos reajustes, quando, e se, a maxi vier.

Empresários — desde o ano passado, como os estudos dos balanços têm apontado, as remarcações de preços a pretexto de fugir aos efeitos de um congelamento desembocaram em violento aumento nas margens de lucros. Ainda na semana passada, entidades empresariais de São Paulo declaravam publicamente que existe a disposição de reduzir lucros (vale dizer, aceitar reajustes adequados de preços), para evitar que o novo Governo seja forçado a promover uma recessão, como caminho para derrubar a inflação.

Estatais — desde o segundo semestre do ano passado, o Governo Sarney começou a promover um tarifaço, com elevação, acima da inflação, dos preços de produtos e serviços fornecidos pelas estatais. Segundo estudos divulgados pelo Planejamento na

Arrecadação — mesmo neste final de Governo, o aumento da arrecadação de impostos continua a bater todas as expectativas: em fevereiro, contra uma previsão de NCZ\$ 112 bilhões, feita no início do ano, foram recolhidos NCZ\$ 167 bilhões (só em impostos). Por isso mesmo acredita-se que o aumento da arrecadação (e redução do rombo) é mais fácil do que se afirma. A simples expectativa de fiscalização intensa nessa área (reforçada com a designação de Romeu Tuma para a Secretaria da Receita Federal), aliás, pode estar resultando imediatamente na queda nos níveis de sonegação.

## Tablita, nunca mais

A criação da tablita, no Plano Cruzado, nunca foi criticada o suficiente. O seu uso provocou uma das mais gigantescas transferências de renda já ocorridas em qualquer país do Mundo, com imensos lucros a grupos e setores empresariais, que viram suas dívidas reduzidas a pó, de uma penada. Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, BNDES, sofreram prejuízos incríveis, com a redução do valor dos empréstimos, da noite para o dia. E, no meio da população em geral, não há quem não tenha uma história para contar, de prejuízos sofridos por quem havia vendido terrenos, imóveis, bens em geral para pagamento

parcelado. Uma dança de trilhões, com rios de dinheiro mudando de bolso — por decisão arbitrária de burocratas. Não se acredita que a equipe do Presidente eleito tencione reprisar a façanha. Não há motivos para fazê-lo. Desde o ano passado, toda a sociedade viveu na expectativa de um congelamento, com os preços (de bens e serviços) artificialmente elevados, pelo embutimento dessas expectativas. Quem aceitou tais preços, não o fez por inadvertência. Se a intenção de respeitar as regras de mercado existe mesmo no novo Governo, o primeiro grande teste e esse: não ceder a tentação de tablitas e assemelhados.

## Tablita, nunca mais 2

A existência de preços inchados, ou artificialmente elevados, deve ser utilizada como uma das armas para derrubar as taxas de inflação. Se o Governo Collor optar mesmo por uma desindexação gradual da economia, recorrerá inicialmente ao sistema de limites para a correção de preços e salários (teto de 40% no primeiro mês, por exemplo). Essa correção

tabelada não seria aplicada indiscriminadamente, por todos os setores: somente aqueles que realmente enfrentassem aumentos de custos (matérias-primas importadas, por exemplo) poderiam lançar mão de reajustes. Setores com preços já inchados ficariam de fora, isto é, seriam forçados a manter preços. A taxa de inflação cairia abaixo, até, do nível limite.